

Senhor Presidente da Assembleia

Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

Catorze anos e quinze Planos e Orçamentos depois, apresenta-se o Governo perante a Assembleia Regional como o campeão do Estado Social! O super-herói do apoio às famílias! O defensor dos Açorianos perante a investida da austeridade, curiosamente liderada pelo amigo de sempre, José Sócrates.

Mas este Governo de campeão não tem a glória, ao super-herói faltam as forças e apenas defende o Partido, numa lógica de tudo pelo Partido, todos com o Partido, nada contra o Partido.

É assim que se revelam perante esta Assembleia, consubstanciando no plano e orçamento mais do mesmo, pintando com cores diferentes, mas sempre tendo como denominador comum o gigantesco insucesso do modelo de desenvolvimento com que brindaram os Açorianos!

Esse insucesso é óbvio perante a crise que atravessamos e que revelou a incapacidade do Partido Socialista em governar para o bem-estar dos Açorianos.

Basta ver ao que chegamos após esta década e meia de milhares de milhões de euros gastos.

Nos Açores, volvido este tempo de governos do PS, assistimos ao aumento dos problemas sociais, ao empobrecimento das famílias, e a uma estrutura social em que um em cada quatro Açorianos vive bem abaixo do limiar da pobreza.

Vejamos alguns números:

No país, em 2008, o limiar do risco de pobreza situava-se nos 4 969 euros anuais. Em 2003 esse valor era de 4 149 euros.

No ano passado, nos Açores, havia 51 062 pensionistas da segurança social que recebiam em média pensões de 3 872 € anuais.

Valor este muito abaixo do risco do limiar da pobreza a níveis de 2003.

São dados do INE, certamente que quem tiver dúvidas os pode verificar.

Nos Açores, um pensionista da segurança social vive, em média, com apenas $\frac{3}{4}$ do valor referente ao risco do limiar da pobreza verificado em 2008.

Não se pode dizer que será motivo de orgulho para o Sr. Presidente do Governo!

No ano passado havia 51 mil Açorianos a viver, em média, com 322 euros mensais de pensão, destes, 35 mil beneficiam do complemento solidário.

Há na região mais de 20 mil beneficiários do RSI, numa proporção de 123 beneficiários por cada 1000 habitantes em idade activa.

A resposta do Governo, com medidas que pecam por escassas, limita-se a encher um pouco mais, não os bolsos dos beneficiários dos apoios sociais, mas a propaganda do regime em torno de pouca coisa, escondendo o essencial.

Veja-se que o aumento global do complemento regional de pensão, num total de 943 078 €, equivale a apenas a 1% do aumento de verba para campanhas publicitárias. E juntamente com o aumento do abono de família, os aumentos equivalem a 0,1% do total do orçamento!

E o que é que é essencial?

É essencial libertar os açorianos de uma condição social de dificuldade com políticas que não se limitem a ser apenas mais um instrumento ao serviço do Partido Socialista.

Políticas que ajudem quem está com problemas mas que as empurrem para uma libertação da necessidade de manter esses apoios sociais.

O pacote de medidas apresentado pelo Governo neste debate não é isso que pretende, como aliás nunca pretendeu. A prova está em ainda estarmos a perder o combate à pobreza quando podíamos, e devíamos, estar num patamar totalmente diferente.

Não vos faltaram condições, não vos faltaram verbas, e até com a crise este governo vê engordar as suas disponibilidades financeiras em 30 milhões de euros.

E não o pretende, dizia, pois limita-se a reforçar um pouco alguns apoios sociais e cria um saco azul para situações de emergência.

A necessidade de um fundo de emergência só pode ser concretizada perante um sério escrutínio na sua aplicação. Ou então estamos perante mais um fundo de socorro com um cunho político, não de estender uma mão, mas sim de manter uma mão estendida!

Senhor Presidente da Assembleia

Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

O mais caricato em torno da política social deste Governo é que estamos no final do ano de 2010, a discutir o plano e orçamento para 2011, temos um volume inaceitável de Açorianos a viver com dificuldades e a maior fatia de austeridade, de empobrecimento e de crise social ainda está a caminho.

Ou seja, depois de todos estes anos, depois de tanta presunção de onnipotência governativa, de tanto sucesso virtual e de recorrentes magnificências, os Açores e os Açorianos preparam-se para que lhes caia o céu na cabeça, deparam-se com o pior que está para vir e o Governo, liderado pelo auto intitulado esponsal das ilhas diz que tudo faz, fazendo exactamente o mesmo que nos levou a esta situação.

É caricato, mas não é exagerado.

Disse-nos nesta casa o Sr. Presidente do Governo que se casou com os Açores, que se casou com estas ilhas.

É, diga-se, um casamento marcado pela violação dos deveres conjugais.

Se não podemos pôr em causa o cumprimento do dever de respeito e coabitação, já ninguém põe as mãos no lume pelo dever de fidelidade. A relação tem sofrido as costumeiras facadinhas como resultado de uma paixão antiga, muito antiga mesmo. A paixão pelo Partido, a devoção e veneração à família política e aos amigos de sempre.

Mas onde tem de veras falhado a relação do Presidente do Governo com os Açores é no cumprimento do dever de assistência e cooperação.

E essa falha tem levado à inegável ruptura da vida em comum.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

Os Açores têm uma história, uma cultura, um povo. Mas as ilhas são muito diferentes. São diferentes, e a sua especificidade devia levar o Governo a consagrar nos respectivos Planos Anuais soluções para cada uma delas.

Em 2004 este Governo iniciou um percurso que pretendia a coesão económica e social dos Açores. Criou o conceito de Ilhas da Coesão e aplicou medidas para estimular a economia das parcelas mais isoladas do arquipélago. O argumento serviu para demonstrar a discriminação positiva para com a Região, salientando a dispersão geográfica e os constrangimentos mais acentuados das ilhas Açorianas.

Pois ao fim de seis anos de aplicação do conceito e de distribuição avulsa de soluções mediáticas, o facto é que os Açores não estão mais coesos e as ilhas da coesão não estão mais ricas.

O processo de desertificação acentua-se, é nelas que os rendimentos médios são mais baixos, onde os pensionistas têm as mais baixas pensões e onde os fenómenos de estagnação económico-social mais se acentuam.

A receita falhou!

É a crise matrimonial do Governo de Carlos César!

É dramático.

Como é que Vossas Excelências conseguiram chegar a este ponto?

Depois de tudo, depois de todo o empenho e dedicação dos Açorianos em renovar a confiança neste Governo o resultado é um enorme divórcio entre as realidades das ilhas, são níveis de carência económica inaceitáveis, são milhares de mão estendida e é a vossa obstinação em conduzir o carro direito ao precipício.

Como diz o Povo: "e ainda agora vamos aqui"!

Mas não tem de ser assim, não deve ser assim.

Os Açores perderam muito tempo com políticas erradas e merecem ter um rumo diferente. Um rumo que verdadeiramente conduza ao desenvolvimento que todos desejam. Com políticas que respondam às necessidades e anseios de cada uma das nossas parcelas, com as

adequadas políticas fiscais e sociais que nos libertem do estrangulamento económico e social que vivemos, traduzidas na redução dos níveis de dependência social e de pobreza para valores residuais, e não para os actuais números que nos envergonham.

Vossas Excelências contemplam!

Nós acreditamos na mudança!

Disse.

Horta, sala de sessões, 24 de Novembro de 2010